
AS COMUNIDADES PORTUGUESAS
E A DEFESA NACIONAL

Gil Pereira

AS COMUNIDADES PORTUGUESAS E A DEFESA NACIONAL

A população portuguesa residente no território nacional estimava-se oficialmente, em fins de 1985, em 10 185,1 milhares de indivíduos, dos quais 4916,2 milhares do sexo masculino e 5268,9 milhares do sexo feminino (1).

Todavia a população portuguesa é bem mais numerosa, porquanto ascendem a cerca de três a quatro mil milhares os portugueses residentes em países estrangeiros. Em conformidade com estimativas apuradas por serviços oficiais, num total de 83 países ou territórios autónomos estrangeiros encontravam-se radicados, em Dezembro de 1986, 3 935 429 portugueses (2).

Contas feitas, entre residentes e não residentes no território nacional, somos cerca de 14 milhões, um todo que se poderá identificar prosaicamente pela mera detenção dum passaporte, mas que se identificará, com muita relevância, por ser um todo portador duma cultura comum, por um sentimento pátrio mais ou menos consciente, mais ou menos interiorizado e assumido, mais ou menos declarado, e por uma língua ouvida e aprendida desde o berço na qual a palavra Portugal tem ressonâncias especiais.

Ao falar-se de poder ou de defesa nacional, a primeira questão que normalmente se põe é a de saber-se quantos somos. A partir deste conhecimento, desde logo importará saber onde estamos.

A este «quantos e onde estamos» se somará um factor talvez mais importante, aquele que se traduzirá pelo «como somos»: o que sabemos e em que nos ocupamos, como e com quem vivemos, como nos repartimos por sexos, por idades, por graus de instrução e por sectores de actividade, o que e quanto lemos, como nos alimentamos, que valores cultivamos, como nos reconhecemos — e como comunicamos...

(1) Estimativas Provisórias de População Residente em Portugal — 1985, INE, Julho de 1986.

(2) Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas — Estatísticas.

Quando nos referimos às comunidades portuguesas não falamos em fronteiras como «estremas que separam duas regiões ou dois países confinantes» (3) porque entendemos que Portugal Nação está para além das estremas políticas e geográficas, repartindo-se ou configurando-se em cerca de catorze milhões de indivíduos que chamam sua à Pátria Portuguesa. As fronteiras definem-se, portanto, no plano da inteligência, dos sentimentos e da cultura, plano este a marcar diferença entre os povos.

Ao discutir-se, portanto, a defesa nacional e os recursos humanos, parece-nos óbvio que não se devem negligenciar as comunidades emigradas que, por direito próprio, fazem parte integrante do poder nacional, quer na perspectiva própria de se sentirem nele integrados, quer na perspectiva de quem possa gerir o Poder que com elas deve contar.

Levam-nos estas considerações introdutórias à questão de como integrar na estratégia identificada com a Defesa Nacional esses três ou quatro milhões de portugueses que se encontram fora do espaço nacional. Não é, porém, problema para responder neste apontamento, pela decisiva razão de que não somos especialistas na matéria. Todavia acrescentaremos que não poderá deixar de merecer a melhor atenção o modo como se visará «conseguir uma situação de Segurança, no mínimo quanto a preocupações como a preservação da liberdade de acção (do País), da sua identidade nacional, da sua individualidade política, do seu património material e espiritual, e da integridade física dos seus cidadãos» (4) no contexto duma nação repartida, de potencialidades variadas e, sobretudo, sujeitas a condicionantes específicas derivadas de situações de ordem vária, onde avultam as sociais, as políticas, as económicas e as de natureza meramente geográfica.

Se é certo que as comunidades emigradas contribuem significativamente para o enriquecimento do Poder Nacional em tempos de normalidade institucional não sujeita a crises graves, não menos certo se nos afigura que o seu peso real não pode deixar de ser considerado no estudo e definição de estratégias que tenham em conta situações de particular emergência para o País.

A luz destas ideias parece-nos útil saber quantos somos e onde estamos no universo das comunidades portuguesas radicadas no estrangeiro (Quadro I).

(3) *Dicionário da Língua Portuguesa*, Porto Editora, Ld.ª, 5.ª Edição.

(4) Virgílio de Carvalho, in «Cumprir Agora Portugal», Lisboa, 1987, pág. 25.

QUADRO I

POPULAÇÃO PORTUGUESA RESIDENTE NO ESTRANGEIRO
EM 1986 — ESTIMATIVAS (*)

PAIS DE RESIDÊNCIA	POPULAÇÃO PORTUGUESA
EUROPA	
Alemanha (R.F.)	77 100
Bélgica	24 153
Espanha	70 000
França	765 000
Itália	1 416
Luxemburgo	38 000
Países Baixos	7 867
Reino Unido	40 000
Suécia	2 000
Suíça	65 336
União Soviética	1 300
Outros (14 países)	1 596
	1 093 828
AMÉRICAS	
Antilhas Holandesas	4 000
Argentina	19 000
Bermudas	2 000
Brasil	1 200 000
Canadá	437 320
Estados Unidos da América ..	283 000
Uruguai	2 000
Venezuela	162 227
Outros (11 países)	1 740
	2 111 287

(*) SOPEMI — OCDE. Estimativas com base em elementos fornecidos pelas embaixadas e consulados de Portugal e em elementos do Instituto de Apoio à Emigração e Comunidades Portuguesas.

PAIS DE RESIDENCIA	POPULAÇÃO PORTUGUESA
<i>AFRICA</i>	
África do Sul (R.)	600 000
Angola (R.P.)	16 000
Guiné-Bissau	1 200
Líbia	1 400
Marrocos	1 000
Moçambique (R.P.)	21 000
Namíbia	2 500
Suazilândia	2 000
Zaire	4 500
Zimbabwe	8 000
Outros (13 países)	2 794
	660 349
<i>ASIA</i>	
Hong-Kong	13 000
Israel	3 000
União Indiana	2 477
Outros (11 países)	3 068
	21 545
<i>OCEÂNIA</i>	
Austrália	48 400
Nova Zelândia	20
	48 420
TOTAL 83 países	3 935 429

Haverá que ter presente que os números apresentados neste Quadro pecarão, nalguns casos, mais por excesso do que por defeito; mas como estimativas que são, e fundamentadas em informações fidedignas, é perfeitamente legítimo acolhê-los. Verificam-se, aliás, discrepâncias assinaláveis quando confrontados estes números com as estatísticas de alguns países de acolhimento. No entanto, embora à primeira vista pareça estranho afirmá-lo, ambas as versões estarão correctas, explicando-se a aparente anomalia pela aplicação de distintos critérios de apuramento e de avaliação. É que, na realidade, a simples prevalência do «jus solis» ou do «jus sanguinis» ou a notação unilateral dos casos de dupla nacionalidade são justificação bastante para as variações que se verificam e que, em certos casos, são certamente muito notórias (*).

Ora o interesse destes recursos humanos, na perspectiva da Defesa ou do Poder Nacional, não se esgota na sua vertente demográfica, precisamente porque esta contém realidades que lhe são inerentes e que devem ser contabilizadas nesse contexto.

Esta população portuguesa residente no estrangeiro tem um peso real, maior ou menor, mas sempre influente, nas sociedades de acolhimento, peso este que realmente exerce uma pressão não só no tecido social de que é parte integrante como também nas instituições locais. Mercê dum portuguesismo entranhado, mais ou menos manifestado, mas sensível como entre os melhores, e ainda mercê da manutenção de laços afectivos, culturais e económicos com a Pátria que um dia abandonaram por necessidade, que não por desamor, as comunidades no estrangeiro exercem pressões efectivas em todo o universo vivo das sociedades de acolhimento, pressões que se vêm a reflectir em todos os sectores, sejam eles culturais ou políticos, económicos ou espirituais, pesando por fim em decisões a todos os níveis.

Inúmeros exemplos poderiam apontar-se por ilustrar esta verdade: não nos furtaremos a mencionar os mais comezinhos, tais como o fomento do

(*) Em Novembro último, no decurso da reunião anual do SOPEMI (Système d'Observation Permanente des Migrations) realizada na sede da OCDE em Paris, tivemos a oportunidade de defender os números deste Quadro I à luz destes argumentos, com plena aceitação dos interpelantes, representantes de países de acolhimento cujas estatísticas homólogas divergiam das nossas.

comércio, das trocas e dos transportes internacionais, com reflexos positivos nas exportações portuguesas ou na indústria de turismo — e comezinhos por parecerem aspectos de menor nobreza —, antes de mencionarmos a detenção de alguns lugares de relevo nas sociedades de acolhimento e os contactos humanos, a qualquer nível, tão importantes para o melhor conhecimento entre os povos — e logo, para um melhor entendimento, pois não se ama o que não se conhece (passe o lugar comum) — e para o intercâmbio de culturas que necessariamente se estabelece.

Há, por vezes, a tendência para menosprezar os «estrangeirados», os aculturados, os que, vistos de cá através de lentes grosseiras, poderão parecer portugueses ou estrangeiros de segunda, nem sim nem não, os eternos pendurados entre dois mundos, indecisos quando não mesmo os degenerados. Pena é que haja quem limite as observações a aspectos negativos que poderão reflectir realidades parcelares, indevidamente desincarnadas dum todo que, em regra, é bem menos merecedor desse pessimismo, é com deliberado esquecimento dos aspectos positivos que se poderão consubstanciar, muito sinteticamente, no porte natural dos portugueses, aqui ou em qualquer parte, com raízes culturais que as tradições não deixam secar, raízes comuns que a todos nos congrega e irmana, que a todos nos faz sentir diferentes, nem piores nem melhores, apenas diferentes para levarmos aos outros riquezas que são só nossas, e abertos para aceitarmos riquezas de outrem, riquezas que cabem bem nos sacos das nossas vidas. Por isso é que, por esse mundo além, desde a época áurea dos Descobrimentos, cobrimos o mundo com pedaços de Portugal, com pedras que falam português, com cruces dos nossos mortos e da nossa fé, com o produto do nosso trabalho braçal ou intelectual dos nossos artesãos e artistas...

Mas o mundo das comunidades portuguesas, porque ligado à Pátria por uma cadeia de interesses de variada índole, ocupa ainda um lugar bem definido no espaço nacional. Referimo-nos às riquezas palpáveis carreadas para Portugal através dos canais da emigração: são uma segunda geração que vive inegavelmente melhor que a dos pais, que estuda mais e até mais longe, que é mais ambiciosa, que sabe e quer mais; são as habitações mais apropriadas, as necessidades mais apuradas e satisfeitas, uma vida mais desafogada e mais de acordo com a Europa a que formalmente aderimos em Janeiro de 1986... As riquezas são tudo isso — e também o que o Quadro II poderá sugerir...

QUADRO II

TRANSFERÊNCIAS DE DIVISAS DE EMIGRANTES
PORTUGUESES — 1975/1986

ANOS	MILHÕES DE DÓLARES	INDICES 1975=100	TAXA MÉDIA ANUAL DO CÂMBIO ESCUDO/ DÓLAR
1975	1 097	100,0	25,55
1976	1 014	91,5	30,25
1977	1 226	117,6	38,30
1978	1 695	154,5	43,79
1979	2 455	223,8	48,92
1980	2 931	267,2	49,91
1981	2 832	258,8	61,54
1982	2 599	236,9	79,473
1983	2 151	196,1	110,78
1984	2 155	196,4	147,825
1985	2 093	190,8	170,21
1986	2 579	235,1	149,587

Fonte: Estatísticas do Banco de Portugal.

Não se podem dissociar estes caudais de pecúnia das actividades que lhes estão subjacentes e das que potenciam, umas e outras, naturalmente, reveladoras de «recursos humanos», como, conseqüentemente, tão-pouco se podem dissociar estes recursos do todo nacional, do seu Poder e Defesa, dada a clara evidência duma identidade que, ao longo deste artigo, pretendemos seja reconhecida a Portugal, nação repartida, cujas fronteiras se encontram nos domínios da cultura comum aos seus nacionais, sem dependência do local de residência.

Aos estrategistas cabe estudar, à luz da defesa nacional, os meios de mobilização dos recursos presentes nas comunidades portuguesas no estrangeiro, com a vantagem à partida de as sabermos implantadas na sua quase totalidade no mundo ocidental a que Portugal pertence e com cujos valores

políticos, sociais e culturais se identifica, e isto porque não temos dúvida em concluir que o universo dos portugueses residentes no estrangeiro constitui uma importante componente da defesa nacional.

Dezembro de 1987.

Gil Pereira

Assessor

Instituto de Apoio à Emigração
e às Comunidades Portuguesas